

RETIRANDO O VÉU DO SILÊNCIO:

o movimento negro em Portugal nas primeiras décadas do século XX

Removing the Veil of Silence: The Black Movement in Portugal in the Early Decades of the 20th Century

Luís Roberto

MANHANI 

E-mail: luismanhani@gmail.com

Universidade Estadual Paulista
Franca, SP, Brasil

RESUMO

Tribuna Negra analisa os primeiros periódicos da imprensa negra lisboeta, examinando o surgimento do movimento negro em Portugal, seus principais autores, as questões centrais de seus debates e suas conexões com movimentos internacionais, em especial o panafricanismo. Atentos à emergência de um discurso antirracista e, em muitos casos, anticolonial, os autores revelam a produção intelectual de homens e mulheres negros residentes em Lisboa, discutindo as dificuldades e demandas dessa parcela da população. Ao contribuir para debates recentes na história da imprensa e dos movimentos negros transnacionais, a obra explora a complexidade das lutas contra a colonização portuguesa na África no século XX, bem como as articulações entre os intelectuais responsáveis pelos periódicos e o movimento panafricanista – tema que também tem ganhado relevância em estudos contemporâneos.

Palavras-chave: Imprensa Negra; Panafricanismo; Movimento Negro em Portugal.

ABSTRACT

Tribuna Negra examines the earliest periodicals of the Black press in Lisbon, exploring the emergence of the Black movement in Portugal, its leading figures, the core issues that shaped its debates, and its connections with international movements, particularly Pan-Africanism. Attentive to the rise of an anti-racist and, in many cases, anti-colonial discourse, the authors uncover the intellectual production of Black men and women residing in Lisbon while addressing the challenges and demands faced by this segment of the population. Contributing to recent debates in press history and transnational Black movements, the work delves into the complexities of the struggles against Portuguese colonialism in 20th-century Africa, as well as the ties between the intellectuals behind these periodicals and the Pan-Africanist movement—a subject that has also gained prominence in contemporary scholarship.

Keywords: Black Press; Pan-Africanism; Black Movement in Portugal.

[...] as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras e tampouco naturais. São criadas. Como tais, não são meras presenças ou ausências, mas sim menções ou silêncios de vários tipos e níveis. Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: “silencia-se” um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. (Trouillot, 2024, p. 92-93).

A história do movimento negro em Portugal, entre as décadas de 1910 e 1930, constitui-se como uma narrativa marcada pelo silêncio. Presentes no território português desde, pelo menos, o século XV, homens e mulheres negros foram alvo de um profundo apagamento por parte da “cultura hegemônica” e da produção acadêmica (Varela; Pereira, 2020, p. 6). Até então pouco explorado, o movimento negro – articulado por meio de associações, irmandades e instituições que tiveram Lisboa como seu principal cenário – debateu questões como a discriminação racial e o colonialismo português, o panafricanismo (estabelecendo uma complexa rede de conexões com intelectuais negros de outros países) e a reivindicação de direitos negados a essa parcela da população, tanto em Portugal quanto nos territórios africanos então colonizados.

Tribuna Negra: origens do movimento negro em Portugal (1911-1933), lançado em Lisboa em 2023 pela editora Tinta da China, busca evidenciar, descrever e arquivar – gesto fundamental para a desnaturalização dos silêncios (Trouillot, 2024, p. 93) – os discursos veiculados por periódicos da imprensa negra em Portugal. Dentre esses, destacam-se: *O Negro* (1911); *A Voz D’Africa* (1912-1913 e 1927-1930); *Tribuna D’Africa* (1913 e 1931-1932); *Portugal Novo* (1915); *O Eco D’Africa* (1914-1915); *A Nova Pátria* (1916-1918); o *Correio de África* (1921-1924); *O Protesto Indígena* (1921); *A Mocidade Africana* (1930-1932); e *Africa* (1931-1933), entre outros, todos publicados entre a Primeira República e o advento do Estado Novo.

Mais do que um levantamento e descrição documental, esses jornais e seus conteúdos não apenas atestam a existência de um pensamento crítico e ativista negro em Portugal, mas também evidenciam a pertinência e as possibilidades de construção de uma História Negra no contexto português, análise que contribui significativamente para o campo historiográfico.

A emergência tardia da imprensa negra em Portugal, cujo primeiro periódico conhecido data de 1911, constitui um sintoma revelador da consolidação de um “imaginário de homogeneidade racial” branca no país (Varela; Pereira, 2020, p. 6). Tal fenômeno adquire especial relevância quando contrastado – guardadas as devidas particularidades contextuais – com a realidade brasileira, na qual o primeiro jornal identificado como parte desse conjunto foi publicado em 1833, no Rio de Janeiro (Pinto, 2006, p. 35). Igualmente revelador é o marco final do período analisado pelos autores, caracterizado pelo encerramento compulsório da maioria desses periódicos durante o estabelecimento do Regime Ditatorial e, posteriormente, do Estado Novo. Este processo repressivo implicou não apenas no fechamento dos veículos de imprensa, mas também na perseguição sistemática de seus editores e jornalistas, alguns dos quais chegaram a ser presos. O fim do recorte temporal da obra também aponta para uma mudança geracional entre os ativistas negros e o surgimento de outras questões no interior do movimento negro português.

Cristina Roldão, doutora em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, é investigadora e docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS). Sua produção acadêmica concentra-se na análise crítica dos processos de invisibilização da população negra em Portugal, com ênfase nas estratégias de resistência de mulheres negras no contexto luso. Notabilizou-se como membro da comissão organizadora da 7ª Conferência Internacional Afro europeans (Lisboa, 2019) e como coordenadora do projeto *Roteiro Antirracista* na ESE/IPS.

José Augusto Pereira, por sua vez, desenvolve sua pesquisa de doutoramento em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, integrando o Instituto de História Contemporânea como investigador. Seu trabalho centra-se nos movimentos anticoloniais e os processos de libertação nacional nos países africanos de língua portuguesa, com especial atenção aos casos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Pedro Varela, formado em Antropologia e atualmente doutorando no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dedica-se ao estudo dos movimentos sociais urbanos e às dinâmicas espaciais que caracterizam os territórios de habitação da população negra em Portugal. Sua investigação aborda criticamente os processos de marginalização socioespacial que afetam essa significativa parcela da sociedade.

O marco fundacional do movimento negro analisado em *Tribuna Negra* remete ao lançamento do periódico *O Negro: Órgão dos Estudantes Negros*. Sob a liderança de integrantes de uma classe média negra emergente – residentes em Lisboa, mas de origem são-tomense –, o jornal destacou-se não apenas por seu caráter pioneiro em forma e conteúdo, mas particularmente por seu marcado radicalismo político. Conforme demonstra o primeiro capítulo da obra, em seu breve período de circulação (apenas três edições publicadas ao longo de um ano), o periódico logrou congregar um número significativo de adeptos e leitores, tornando-se parte relevante dos protestos contra as “opressões e tiranias” coloniais e racistas no continente africano, bem como contra as práticas discriminatórias vigentes tanto nos territórios ultramarinos quanto na metrópole portuguesa.

Um aspecto fundamental que perpassa toda a investigação desenvolvida no livro diz respeito às conexões estabelecidas entre os intelectuais negros atuantes nas redações lisboetas e o movimento panafricanista internacional. A pesquisa evidencia a construção de uma rede transnacional de militância intercâmbio que incluía figuras proeminentes, como William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963), Marcus Garvey (1887-1940) e, ainda que de forma indireta, Booker Taliaferro Washington (1856-1915), demonstrando como o movimento negro em Portugal se inseria em um contexto mais amplo de lutas anticoloniais e antirracistas.

Fruto de extensa pesquisa em arquivos nacionais e internacionais, *Tribuna Negra* configura-se também como uma homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990), intelectual cujo legado, nas palavras de Roldão, Pereira e Varela (2023, p. 15), “deixou pistas preciosas para que as gerações subseqüentes pudessem conhecer a resistência histórica de que são herdeiras”. Essa referência revela-se particularmente relevante diante dos estudos de Andrade (1997) sobre o que denominou “protonacionalismo” africano – movimento político desenvolvido por gerações anteriores à analisada no livro.

Foi precisamente a partir desses trabalhos fundadores que Roldão, Pereira e Varela identificaram e analisaram as trajetórias de intelectuais vinculados a esses periódicos, entre os quais se destacam Ayres de Menezes e Artur Monteiro de Castro. Como principais idealizadores e colaboradores de *O Negro*, esses indivíduos podem ser considerados paradigmáticos em suas trajetórias, convertendo-se em referências para outros participantes do movimento e fundadores de outros grupos e periódicos analisados na obra.

Nascidos em São Tomé no final do século XIX, ambos migraram para Lisboa no início do século seguinte, na condição de estudantes, alcançando posteriormente projeção internacional por meio de sua ativa participação na Junta de Defesa dos Direitos de África e em outros veículos impressos, como *A Voz D'África* e *Tribuna D'África*.

Ao reconhecer os periódicos como “palco central da disputa social e política” durante a Primeira República, a obra avança em sua análise no segundo capítulo, ressaltando a importância de instituições como as irmandades religiosas (anteriores ao movimento em questão), a própria Junta de Defesa dos Direitos de África, as associações de estudantes, a Liga Africana (1920), cooperativas, grêmios e o Partido Nacional Africano (1921). Esse conjunto de atores coletivos conforma o que Petrônio Domingues (2007, p. 101) conceituou como “movimento negro”, categoria analítica adotada pelos autores de *Tribuna Negra* para compreender a multiplicidade de formas organizativas da população negra no período.

É a partir desses espaços organizativos que emergem os empreendimentos jornalísticos analisados, responsáveis por viabilizar a construção de uma complexa rede de internacionalização do movimento negro português. Esse processo de conexão transnacional manifestou-se, inclusive, na polémica realização do *III Congresso Pan-africano* em Lisboa, evento que contou com a participação de figuras emblemáticas como William Edward Burghardt Du Bois.

A análise dessas rotas de internacionalismo negro constitui o eixo central do terceiro capítulo de *Tribuna Negra*, que revela tanto a complexidade interna desse movimento quanto as significativas divergências ideológicas presentes nessa geração de ativistas. A obra examina criticamente as tensões entre as principais organizações do período – em especial a Liga Africana e o Partido Nacional Africano – e as controvérsias entre os adeptos do garveyismo (seguidores de Marcus Garvey) e defensores de outras correntes panafricanistas. Esses debates, como demonstra a pesquisa, evoluíram posteriormente para incorporar também o diálogo – e, por vezes, o confronto – com as vertentes do marxismo negro, tanto em Portugal quanto em outros contextos.

A pesquisa apresenta parte desses debates, mas aprofunda-se pouco nos diálogos entre as diferentes vertentes do movimento e os contextos nacionais e internacionais que atravessam e são atravessados pelas fases do panafricanismo. Em *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*, Petrônio Domingues (2007) elabora um “quadro comparativo” que descreve esquematicamente as mudanças e continuidades entre distintas fases do movimento na República brasileira, no caso. Essa abordagem permite situar em perspectiva os discursos, as especificações raciais, as estratégias culturais e os princípios ideológicos, ao mesmo tempo em que insere a conjuntura internacional e os métodos de luta característicos de cada período.

Embora *Tribuna Negra* apresente algumas indicações nesse sentido, sobretudo na introdução e na conclusão, a obra não estabelece uma relação direta entre as mudanças políticas, sociais e culturais do período e as possíveis contradições, recuos, avanços e estagnações que atravessaram, em escala global ou ocidental, os debates do movimento negro português.

No capítulo intitulado *Olhares sobre a questão feminina*, os autores evidenciam a complexidade das construções discursivas acerca do “feminino” e da “mulher” presentes nesses veículos. A análise demonstra as contradições entre os lugares sociais atribuídos às mulheres e as determinações de gênero produzidas pelos homens da imprensa negra, ressaltando a necessidade de compreender as intersecções entre as lutas antirracistas e os desafios impostos pelas diferenças de gênero, tanto no interior do movimento quanto no contexto social mais amplo. Como evidenciam Roldão, Pereira e Varela (2023, p. 143-144),

essas dinâmicas manifestavam-se através de múltiplas formas de exclusão: desde a restrição à participação feminina nas redações até a produção de representações consideradas retrógradas ou estereotipadas pelas próprias mulheres, passando pela perpetuação de arquétipos limitadores da mulher negra nas narrativas jornalísticas.

Os quatro capítulos subsequentes adotam igualmente uma abordagem biográfica para elucidar as distintas formas de atuação dos agentes e militantes envolvidos nessa imprensa. A análise concentra-se em figuras intelectuais de relevo, tais como: João de Castro, intelectual são-tomense com marcada atuação política; José de Magalhães, destacado dirigente e teórico pan-africanista; Mário Domingues, jornalista e pensador anarquista que desenvolveu crítica contundente ao colonialismo; e Vianna de Almeida, letrado que funcionou como importante elo de ligação entre África e Lisboa, representando ainda uma fase distinta de mobilização, caracterizada por transformações significativas tanto nessa geração de ativistas quanto no contexto das guerras de libertação africanas.

Através do exame minucioso dessas trajetórias individuais, a obra estabelece de forma perspicaz correlações entre o desenvolvimento da imprensa negra, a evolução do movimento negro em Portugal e o quadro mais amplo de crises políticas que marcavam as relações entre a metrópole portuguesa e seus territórios ultramarinos. Essas relações são exploradas a partir da perspectiva biográfica, ponto de interesse que poderia ser mais bem descrito por meio dos movimentos que se interseccionam entre o sujeito e os grupos, como salientamos anteriormente.

No penúltimo capítulo da obra, à guisa de conclusão, a investigação concentra-se na produção de silêncio que procurou tornar invisível uma “Lisboa Negra” entre o fim do século XIX e o início do século XX. Avançando na reflexão, os autores estabelecem uma pertinente analogia histórica, traçando paralelos entre esse apagamento documental e a persistente invisibilidade das “classes populares negras” no limiar do século XXI. Essa análise revela continuidades e permite que a obra trace uma intersecção entre categorias de raça, classe e gênero, demonstrando como os mecanismos de exclusão social se reconfiguram ao longo do tempo sem perder sua eficácia simbólica e material.

Com a colaboração da pesquisadora Ana Alcântara, os autores desenvolvem uma inovadora cartografia histórica dos espaços lisboetas, identificando os locais onde se estabeleceram as redações dos periódicos e onde se reuniam os coletivos negros. Essa metodologia espacial permite, na contemporaneidade, reconstituir os percursos físicos que marcaram a atuação desses agentes históricos, oferecendo significativa contribuição para o processo de “descolonização da memória” e de uma “ressignificação retrospectiva do espaço urbano” (Roldão; Pereira; Varela, 2023, p. 239-251). Essa talvez seja a contribuição mais singular da obra. O mapa permite estabelecer uma trajetória dos movimentos e agentes dos jornais com a cidade de Lisboa, destacando-se sobretudo, os pontos de emergência dos periódicos – próximos uns dos outros ou não – e possíveis diálogos que teriam ocorrido nas adjacências, temas que não chegam a ser investigados ou descritos pelos autores.

Na conclusão da obra, explicam-se as questões subjacentes que orientaram a investigação, articulando-as com problemáticas contemporâneas que interpelam diretamente o trabalho desenvolvido. Ao propor a construção de uma “biblioteca negra”, o estudo recupera produções intelectuais diversas – desde análises sobre a geração pós-*Tribuna Negra* (com destaque para Amílcar Cabral), até estudos sobre escravidão, participação política negra e produção literária afrodescendente.

Como acertadamente destacam os autores, a persistente “historiografia luso-tropicalista”, fundamentada principalmente na obra de Gilberto Freyre (2006) publicada originalmente em 1933, não apenas contribuiu para o silenciamento da presença negra em Portugal, mas também obscureceu as violências estruturais do colonialismo, tanto nas ex-colônias quanto no espaço da ex-metrópole. Nesse contexto, trabalhos como os de Petrônio Domingues (sobre o movimento negro brasileiro) e Michel-Rolph Trouillot (sobre a história do Haiti) revelaram-se fundamentais para confrontar as lacunas historiográficas relativas às experiências negras.

O “arquivo negro” construído na pesquisa – inicialmente centrado em periódicos, mas em constante expansão – configura-se como estratégia epistemológica para: (1) reparar os silenciamentos históricos; (2) estabelecer diálogos críticos entre história e memória; e (3) incitar a reflexão sobre essas demandas. A própria obra se insere nesse processo de ressignificação do passado e construção de novas narrativas históricas, uma maneira de “reparar o silenciamento” e levar “da história à memória e vice-e-versa” e interpelar as “gerações do presente e do futuro” (Roldão; Pereira; Varela, 2023, p. 238).

Referências

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROLDÃO, Cristina; PEREIRA, José Augusto; VARELA, Pedro. *Tribuna Negra: origens do movimento negro em Portugal (1911-1933)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: Poder e a produção da história*. Rio de Janeiro: Bobogó, 2024.

VARELA, Pedro; PEREIRA, José Augusto. As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração panafricanista e antirracista, *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-36, 2020.

Luís Roberto Manhani. Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca), mestre em História e bacharel e licenciado em História (2017) pela mesma universidade e bacharel em Design Gráfico (2011) pela Universidade Paulista (UNIP). Atualmente, desenvolve pesquisa de doutorado em história da historiografia brasileira: Entre a “Casa da Memória Nacional” e o ruído da prensa: o negro na retórica da nacionalidade do IHGB e da Imprensa Negra (1833-1937).

Declaração de disponibilidade de dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Financiamento

A pesquisa que resultou nesta resenha contou com financiamento da Bolsa de Pesquisa no Exterior da FAPESP (Proc. 2024/00303-8).

Submissão: 05/05/2025

Aceite: 15/09/2025

Editoras-chefe: Ana Carolina de Carvalho Viotti
Karina Anhezini de Araujo

Editor Associado: Virgínia Camilotti

Editores Convidados: Mariana Bracks Fonseca (Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe)
Dulcídio Manuel Albuquerque Cossa (Universidade Aberta ISCED, Moçambique /
Professor visitante na Universidade Federal de Sergipe, Brasil)